

# REIVINDICANDO O TERRITÓRIO EPISTÊMICO: MULHERES NEGRAS, INDÍGENAS E QUILOMBOLAS INTERPELANDO A ANTROPOLOGIA

## CLAIMING THE EPISTEMIC TERRITORY: BLACK, INDIGENOUS AND QUILOMBOLA WOMEN QUESTIONING ANTHROPOLOGY

Lidiane da Conceição Alves **1**

**Resumo:** O artigo objetiva apresentar uma reflexão sobre as tensões epistêmicas no campo da antropologia a partir da entrada de estudantes indígenas, negras e quilombolas nos programas de pós-graduações em antropologia social no Brasil, ressaltando as contribuições das epistemologias negras e indígenas para (re)pensar o campo disciplinar antropológico no que se refere às metodologias, teorias e epistemologias tradicionalmente utilizadas na produção de conhecimentos acadêmicos e antropológicos. Foram realizadas as leituras de autoras negras acessadas na disciplina de Epistemologias e Feminismos Negros, tais como: Beatriz Nascimento (1989); bell hooks (2015); Angela Davis (2016); Lélia González (2018) e acrescentadas as leituras de autoras indígenas como Creuza Prumkwyj Krahô (2017); Sandra Benites (2018); Célia Xakriabá (2018), tendo sido realizados outros diálogos necessários. Consideramos que embora o cotidiano acadêmico se desenvolva em um campo assimétrico de forças, existem práticas de resistências para demarcar o território epistêmico frente às normas colonialistas, racistas e machistas que estruturam a universidade.

**Palavras-Chave:** Pluriepistemologias. Mulheres negras, indígenas e quilombolas. Territórios epistêmicos. Antropologia.

**Abstract:** The article presents a reflection on the epistemic tensions in the field of anthropology from the entrance of indigenous, black and quilombola students in postgraduate programs in social anthropology in Brazil. We emphasize the contributions of black and indigenous epistemologies to think about the anthropological disciplinary field regarding methodologies, theories and epistemologies, which were traditionally used in the production of academic and anthropological knowledge. Readings by black authors accessed in the discipline of Epistemologies and Black Feminisms, such as: Beatriz Nascimento (1989); bell hooks (2015); Angela Davis (2016); Lélia González (2018) and readings by indigenous authors such as Creuza Prumkwyj Krahô (2017); Sandra Benites (2018); Celia Xakriaba (2018). Other necessary dialogues were made. Although academic daily life develops in an asymmetrical field of forces, there are resistances that mark the epistemic territory against the colonialist, racist and chauvinist norms that structure the university.

**Keywords:** Multi-epistemologies. Black, quilombolas and indigenous women. Epistemic Territories. Anthropology.

*Na academia nossa luta é por demarcação de território epistêmico... Nossa luta é por uma educação do jeito que a gente quer, sem matar o que a gente é.*

*Célia Xakriabá, 2018.*

## **Apresentação**

*Nossos passos vêm de longe*<sup>1</sup>, por isso saúdo as mulheres negras e indígenas que vieram antes de mim, as que estão comigo nesse momento e as que virão depois de mim. Utilizarei, neste artigo, a primeira pessoa do plural, não para buscar uma cientificidade textual, mas para lembrar que não falamos só, sendo que muito do que escrevo aqui resulta de compartilhamentos<sup>2</sup> de ideias e desabafos realizados em diálogos com outras mulheres negras, indígenas, ribeirinhas e quilombolas na academia, em sala de aula e para além dela. Neste mesmo sentido, utilizo as categorias identitárias no feminino, por ser o lugar de onde falamos e por estabelecer diálogo majoritariamente com mulheres, com as quais compartilho a dor e a luta de ser o/a “outro/outra” no território acadêmico e antropológico. No entanto, vale ressaltar que a dor, a luta e os desafios são uma constante na vida e na trajetória de todos os corpos marcados pelas diferenças dentro da academia e fora dela.

Enquanto mulher interseccionada pela identidade indígena, negra e ribeirinha da Região Norte do Brasil, me constituí como pessoa em uma matriz epistêmica não ocidental. Deste modo, o conhecimento ocidental foi sendo internalizado em mim aos poucos, por meio do disciplinamento corporal na escola e atualmente na universidade. Ao mesmo tempo em que, o meu conhecimento sobre cura, adoecimento, resguardos, evitações, alimentação, águas, astros, animais e plantas eram vistos como superstições e mitos, o conhecimento escolar e ocidental era imposto como processo civilizatório e de aquisição de conhecimento. Os professores/as me incentivavam a desaprender as “superstições” para abrir a cabeça para o “conhecimento”, de modo que, comecei a negar a mim mesma em busca de aceitação naquele novo lugar que era a escola.

Quando uma mulher indígena, negra, ribeirinha ou quilombola entra no território da universidade, não é apenas uma pessoa ou um sujeito, mas são saberes ancestrais, coletividades, subjetividades, historicidades, espiritualidades e formas de ver, nomear e significar as coisas existentes, que difere sobremaneira, dos modos ocidentais de ver e viver que acessam o território da universidade. Assim, os sofrimentos e os conhecimentos são coletivos e compartilhados por mulheres negras, indígenas, quilombolas, ribeirinhas..., me reservo a difícil função de tentar pôr no papel algumas reflexões sobre os conhecimentos e sofrimentos de muitas mulheres. Não falo só, por isso, a opção pelo nós.

Assim, guiadas por uma ancestralidade e fortalecidas por essas mulheres, argumentamos que estamos vivenciando e mobilizando um processo de retomada do território epistêmico na academia e de maneira especial na antropologia, campo disciplinar no qual a maioria de nós estamos situadas. Entendemos também que a antropologia se constituiu enquanto ciência a partir de estudos sobre alteridades, tais como indígenas, negras, quilombolas e outros grupos sociais considerados minoritários, por vezes reduzidos a objetos de estudo. De modo que as epistemologias negras e indígenas foram apropriadas pela ciência e pela academia, e enquadradas em métodos ocidentais de conhecimento. Neste sentido, a epígrafe desse texto é o ponto a partir do qual desenvolvemos nossa proposta argumentativa por entender que a nossa presença na universidade se caracteriza pela constante luta para demarcar a existência de nossas epistemologias negras, indígenas e quilombolas. Ao mesmo tempo reivindicamos o direito de narrar nossas próprias histórias e construir nossos próprios discursos e referenciais sobre quem somos e o que queremos.

Objetos de estudos antropológicos desde o século XIX, indígenas, negras e quilombolas

---

1 Dedicamos este texto a todas as mulheres negras, indígenas e quilombolas com as quais compartilhamos a dor e a luta cotidiana. Grata por compartilharem suas histórias e trajetórias marcadas pelo racismo, sexismo e colonialismo no território acadêmico.

2 Fala da doutoranda em Antropologia Social, Célia Xakriabá, proferida na II Conferência Nacional de Educação Escolar Indígena – II CNEI. Brasília-DF. Março de 2018.

começam a desempenhar papel de sujeitas em pesquisas nas universidades brasileiras. No atual contexto acadêmico, a presença desses grupos gera instabilidades de cunho epistemológico e metodológico que dão consistência aos desafios de (re)pensar a universidade.

Assim sendo, a universidade deve ser vista como território epistêmico, no qual a participação de indígenas, negras, quilombolas e ribeirinhas se estabelece a partir de lógicas diversas de compreensão de mundos. O que significa, novas epistemologias, subjetividades e ontologias compartilhando o território acadêmico. Deste modo, é necessário repensar não apenas formas e métodos de produção de conhecimento, mas antes de tudo, repensar os próprios conhecimentos. A academia e a antropologia precisam se desprender de vez da prerrogativa de possuidoras dos únicos discursos válidos sobre as realidades sociais e se abrir definitivamente ao diálogo com as epistemologias das quais a ciência sempre bebeu seu conhecimento.

O objetivo deste artigo é apresentar uma reflexão sobre a participação e atuação de estudantes indígenas, negras e quilombolas em programas de graduação e pós-graduação *stricto sensu*, ressaltando as contribuições das epistemologias negras e indígenas para tencionar e (re) pensar o campo disciplinar antropológico e acadêmico no que se refere às metodologias, teorias, epistemologias e postura política tradicionalmente adotadas na produção de conhecimentos acadêmicos e antropológico. Desta forma, nosso interesse está na maneira como sociedades de matrizes epistêmicas não ocidentais formulam e se envolvem na produção de seus saberes e conhecimentos e quais as implicações disso no território acadêmico.

Para alcançar estes objetivos, dialogamos com as epistemologias de feministas negras, epistemologias de mulheres indígenas e com epistemologias de mulheres quilombolas, pois acreditamos que este diálogo, além de importante, se revela como necessário na luta contra o racismo e o colonialismo inscritos nos corpos de grupos e coletivos que não constroem suas explicações sobre os mundos de maneira holística, monoteísta e unimundista, a exemplo da sociedade ocidental.

Assim, com base nas concepções epistêmicas entendidas como modo de ser, existir e pensar os mundos em sociedades não ocidentais, desenvolvemos nossos argumentos a partir das seguintes questões: Quais as premissas das epistemologias de matriz não ocidental? Quais atitudes a universidade pode tomar para evitar o epistemicídio desses sujeitos/corpos-epistêmicos? Ademais, sublinhamos que a instituição deve buscar conhecer/entender a pluralidade de formas na qual ocorre a construção e a transmissão dos saberes e conhecimentos para evitar o apagamento, desvalorização, silenciamento e negação dessa diversidade epistêmica, o que se caracteriza como epistemicídio.

## Mulheres negras, indígenas e quilombolas na universidade

A ocupação do território universidade caracteriza-se como um movimento estratégico realizado por indígenas, quilombolas, pessoas negras, mulheres, moradores do campo e outros grupos marginalizados socialmente, pois a universidade é uma trincheira onde ainda se pode falar e questionar a ordem estabelecida. A inserção desses corpos dissidentes na universidade é um movimento recente, reivindicado pelos próprios grupos sociais historicamente excluídos desse espaço. Assim, os desafios desses grupos sociais na universidade têm ganhado relevância em nossos esforços de análise à luz da antropologia social. Nesta perspectiva, seguimos o movimento que têm olhado para as mulheres como protagonistas relevantes na produção de conhecimento antropológico.

Atualmente a maioria dos grupos sociais identitários no Brasil reconhece o conhecimento escolar e acadêmico como um instrumento muito importante na luta contra o racismo, o colonialismo e o autoritarismo do Estado. Neste sentido, indígenas, quilombolas, negras, ribeirinhas e outras estão reivindicando o direito ao ensino superior. O intuito é consolidar uma crítica das estruturas sociais que cristalizaram esses grupos sociais, principalmente as mulheres, no lugar do silenciamento e da inferioridade. Vejamos o relato:

Quando participei de grupos feministas, descobri que as mulheres brancas adotavam uma atitude condescendente em relação a mim e outras participantes não brancas. A

condescendência que elas dirigiam a mulheres negras era um dos meios que empregavam para nos lembrar de que o movimento de mulheres era “delas” – que podíamos participar porque elas nos permitiam, até mesmo incentivaram; afinal, éramos necessárias para legitimar o processo. Elas não nos viam como iguais, não nos tratavam como iguais. E, embora esperassem que fornecêssemos relatos em primeira mão da experiência negra, achavam que era papel delas decidir se essas experiências eram autênticas. Frequentemente, mulheres negras com formação universitária (mesmo aquelas de famílias pobres e de classe trabalhadora) eram desconsideradas como meras imitadoras. Nossa presença em atividades do movimento no contava, já que as mulheres brancas estavam convencidas de que a negritude “real” significava falar o dialeto dos negros pobres, no ter estudos, ser esperta e uma série de outros estereótipos. Se nos atrevêssemos a criticar o movimento ou assumir responsabilidade por reformular ideias feministas e introduzir novas ideias, nossa voz era abafada, desconsiderada, silenciada. Só poderíamos ser ouvidas se nossas afirmações fizessem eco às visões do discurso dominante. (HOOKS, 2015, p. 203-204).

A narrativa da estadunidense bell hooks<sup>3</sup> (2015) sobre sua experiência ao frequentar um grupo de estudos sobre feminismo na Universidade de Stanford em 1970 nos leva a pensar o atual contexto brasileiro, de mulheres negras, indígenas, quilombolas entre outras mulheres não brancas e suas experiências semelhantes nas universidades brasileiras.

Ao tratar das experiências das brasileiras não pretendemos tratar diferentes como iguais, a exemplo do que faz o colonialismo, mas evidenciar os processos que irmanam essas mulheres em suas experiências, vivendo no território acadêmico. Entendemos que apesar de compartilhar experiências comuns, cada uma delas, ainda que pertencentes ao mesmo grupo racial, vivencia de maneira muito particular este processo. Contudo, o que queremos ressaltar é que, em maior ou menor grau, cada uma de nós, mulheres negras, indígenas, quilombolas, somos afetadas pelo racismo, machismo e pelo colonialismo que se dá pela condescendência, estereótipos, indiferença, silenciamento, ausência de oportunidades etc., de modo que, a experiência do racismo e do colonialismo é comum entre nós.

A universidade configura-se como um território desconhecido e de recente contato para as mulheres indígenas, quilombolas, negras e outras de seguimentos sociais igualmente excluídos e historicamente impedidos de atravessar as cercas que nos separavam desse território. No Brasil, o ensino superior, principalmente na pós-graduação *stricto sensu* (mestrado e doutorado), encontra-se em um processo muito recente de democratização, de modo que, a academia ainda é um território em conquista. É comum encontrarmos narrativas de mulheres negras que dizem ser a primeira da família a fazer um curso superior e também de mulheres indígenas e quilombolas que são as primeiras de seus povos a se formarem ou as primeiras a se tornarem mestres ou doutoras. A narrativa de mulheres precursoras segue sendo uma realidade, após sete anos da aprovação da Lei nº 12.711/2012, que regulamenta a política de acesso diferenciado nos cursos de graduação nas universidades públicas. No que se refere à pós-graduação no momento atual, poucas mulheres pertencentes a esses grupos, conseguiram entrar e concluir uma pós-graduação no Brasil. Vejamos o relato:

Estou em um lugar que é a universidade, onde poucas mulheres indígenas estão e muitas não vão chegar por diversos motivos, seja pelo acesso, pela condição social e também pela impossibilidade de se manter nas universidades. Hoje temos várias mulheres indígenas fazendo curso superior, mas os

3 bell hooks corresponde ao pseudônimo de Gloria Jean Watkins, que prefere que seja grafado em letras minúsculas por querer dar ênfase à essência de seus escritos e não a sua pessoa.

números ainda são pouco representativos. (SILVA, 2017, p. 29-30).

Mirna Silva (2017) fala da pouca representatividade da mulher indígena ocupando espaços como a universidade, em virtude da condição social e diversos outros atravessamentos que historicamente contribuem para exclusão dessas mulheres no ensino superior. Neste mesmo sentido, a feminista negra Lélia Gonzalez (2018) mostra que no que se refere à educação é possível observar uma acentuada desigualdade entre a população negra e não branca em relação a população branca. Essa desigualdade pode ser vista nos índices de analfabetismo e principalmente nos níveis mais elevados de estudos, ou seja, pessoas negras já nascem com menos chances de chegar à universidade “e não é por uma incapacidade cognitiva da raça, mas pela ausência estrutural das condições materiais das quais os povos negros foram submetidos desde o Brasil colonial, escravidão e até os dias de hoje” (GONZALEZ, 2018, p. 269).

No Brasil essas desigualdades se refletem na experiência não só da população negra, mas também dos povos indígenas, quilombolas, ribeirinhos, moradores de periferia, camponeses e pessoas da classe social empobrecida. Sujeitos que convivem diariamente com as desigualdades ao longo de todos os níveis educacionais, no acesso ao mercado de trabalho, aos bens simbólicos, culturais e em outras dimensões da vida sociocultural. Esses sujeitos convivem cotidianamente com o resultado do racismo, do machismo e do colonialismo que opera concedendo privilégios para uns e desvantagens sociais para outros.

Na universidade, bem como em outros espaços sociais que se constituíram enquanto espaços brancos e masculinos, as mulheres tiveram seus direitos negados. Embora, atualmente a maioria dos/as discentes de graduação e pós-graduação seja do sexo feminino, como aponta os dados do senso do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP (2012), precisamos evidenciar que se por um lado houve mudanças no que se refere a questões de gênero, por outro lado, a questão racial permanece inalterada, pois a universidade continua sendo ocupada majoritariamente por pessoas brancas. As mulheres brancas conseguem espaços nas universidades e as mulheres quilombolas, indígenas e negras continuam sub-representadas, nos cursos de graduação e pós-graduação em todo o Brasil. Ademais, ressaltamos que, a universidade continua a fazer parte de uma economia masculina fálica, onde a mulher precisa exercitar a capacidade de não evidenciar suas especificidades de mulher para ser aceita nos espaços sociais.

Sandra Benites (2018) fala das especificidades do corpo da mulher indígena, ressaltando as dificuldades de encontrar alternativas para manter o cuidado com o corpo longe de casa. Fora do território, nas instituições de ensino e locais de trabalho configuram-se nos principais espaços onde os corpos das mulheres indígenas são invisibilizados, pois os estresses das grandes cidades, o cansaço, o excesso de atividades são alguns dos elementos que tornam difíceis a manutenção da saúde do corpo.

Para acessar espaços sociais construídos para homens, as mulheres tiveram que anular-se enquanto mulheres para conseguirem acessar espaços como o mercado de trabalho, a universidade e outros espaços sociopolíticos e de poder. A estudiosa supracitada fala sobre o desafio das mulheres Guarani ao saírem das suas aldeias e informa que “é fora da aldeia, para trabalhar e estudar, que a mulher guarani encontra a ‘dominação masculina’, kuimba’ekuerapu’aka, já que seu [conhecimento] não é respeitado, numa sociedade que parece ser só de homens.” (BENITES, 2018, p. 07).

A autora ressalta os dilemas que envolvem a inserção dos corpos femininos das mulheres Guarani. Observamos que ocorre algo semelhante com mulheres indígenas de outros povos e também com mulheres negras e quilombolas que também vivenciam esses dilemas nos espaços até então ocupados majoritariamente por homens brancos. No entanto, é preciso atentar para os sentidos que as reflexões em torno do corpo da mulher suscitam. Na antropologia a discussão sobre as especificidades que envolvem o corpo das mulheres se insere em um dilema entre a essencialização e a desessencialização do feminino. Rita Segato (1998) analisa o percurso do gênero na antropologia e ressalta como o debate sobre o feminismo na antropologia configura-se como um paradoxo e tem sido constantemente evitado. A autora afirma que

O dilema dos aportes da antropologia ao feminismo reside

no fato de que, se o feminismo necessita da premissa dessencializadora dessa vertente para poder demonstrar que não existe uma determinação biológica para esse papel subordinado que nos é assinalado, por outro lado, ela também desestabiliza a consolidação de uma plataforma mulher para uma política que vigore através das nações e das sociedades. Configura-se, então, um paradoxo. (SEGATO, 1998, p. 10).

Como demonstra Rita Segato, vivemos este paradoxo, contudo, notamos a necessidade de refletir sobre as diferenciadas posições em que corpos femininos e masculinos adentram espaços e posições na sociedade. Pois, “houve um avanço no que poderíamos chamar da ‘dimensão funcional do gênero’ ou seja, a mulher acedeu e até substituiu o homem em papéis que implicam o exercício do poder. Contudo, isto não garantiu uma reforma dos afetos” (SEGATO, 1998, p. 04).

Neste sentido, ainda que as mulheres estejam ocupando espaços de poder, antes ocupados apenas por homens, elas não são recebidas nestes espaços com alegria, respeito, admiração, satisfação, afetos positivos comumente direcionados à figura masculina em posição de poder. Contrariamente, são utilizados os mais sofisticados subterfúgios para deslegitimar a mulher criando uma pretensa inferioridade, quando esta ocupa uma posição de poder, nos mais diversos âmbitos. Diante disso, precisamos desessencializar por um lado e essencializar por outro, para garantir políticas que atendam às pautas das mulheres, direcionando políticas sociais para os problemas que dizem respeito à condição da mulher em sociedade. No caso das mulheres com base epistêmicas não ocidentais os problemas são duplicados, pois a interseccionalidade entre a identidade racial, étnica e de gênero dificulta ainda mais sua inserção nos espaços até então de privilégio do homem branco ocidental hegemônico.

Assim, não pretendemos dar demasiada importância aos elementos que nos conduzem a uma análise essencializada das mulheres na sociedade, mas apenas abrir frestas para que possamos olhar para a realidade interseccionada de corpos não ocidentais que vivenciam e produzem seus corpos na interação com a sociedade ocidental. De um lado, a epistemologia ocidental que separa corpo, mente e espiritualidades. De outro, as epistemologias indígenas, epistemologias quilombolas e epistemologias feministas negras para as quais esses elementos não se separam e devem ser respeitados para a manutenção da saúde da pessoa.

Nesta perspectiva interseccional, observamos que os corpos negros, principalmente das mulheres negras, são vistos pela sociedade ocidental e racista, como corpos fortes que precisam ser duramente subjugados para se tornarem corpos dóceis. De acordo com Lélia Gonzalez (2018), a população negra é vista sempre como corpos, e nunca como sujeitos, de modo que “a mulher negra é vista como a trabalhadora do campo, doméstica ou mulata, um corpo superexplorado sexualmente e de todas as outras formas.” (GONZALEZ, 2018, p. 233). A autora acrescenta que, “nunca somos vistas como pessoas, mas sempre como corpos geradores ou de prazer ou de trabalho braçal”. (GONZALEZ, 2018, p. 233).

A imposição ocidental de corpos como objeto a ser explorado também é criticada pela feminista negra Vilma Piedade (2017), para a qual o racismo e o colonialismo inventaram que o corpo negro é um corpo resistente à dor. A autora diz que

A escravidão violentou nossos direitos, nossa língua, nossa cultura, religião, nossas vidas, enfim... nossos valores civilizatórios. E, como não poderia ser diferente veio junto com a colonização. Então inventaram que nós, pretas e pretos somos mais “resistentes” à dor. (PIEADADE, 2017, p. 19).

Enfatizando que esta tem sido a condição dada às mulheres negras na sociedade racista e colonial nas diversas dimensões sociais. Assim, é possível conjecturar que a universidade enquanto instituição estatal e ocidental compreende o corpo como “uma instância de conexão, um terminal, um objeto transitório e manipulável suscetível de muitos aparelhamentos” (LE BRETON, 2003, p. 28). Nas sociedades ocidentais modernas o corpo e a construção do conhecimento são entendidos como processos distintos e independentes, de modo que as capacidades psíquicas e intelectuais estão dissociadas do corpo, por vezes, para aperfeiçoar as capacidades do intelecto é preciso o

disciplinamento psíquico, no qual as necessidades do corpo são invisibilizadas.

Desta forma, na universidade os cuidados com o corpo são diariamente negligenciados pela pressão acadêmica, exercida sobre os discentes e docentes para manter a produção acadêmica dos cursos. Assim, ler a grande quantidade de textos exigida, escrever artigos, atender aos prazos de revistas, às normas do departamento entre outros prazos estabelecidos pelo sistema, somos pressionadas a invisibilizar os sinais de alerta que nossos corpos emitem quando necessitam de repouso. Por exemplo, submetemos nossos corpos ao trabalho no período de menstruação, momentos em que o corpo exige descanso e recolhimento de atividades estressantes. Deste modo, vivenciamos o dilema entre a necessidade dos cuidados coletivos e individuais com o corpo e a exigência de atender ao ideal de produção que nos é imposto coercitivamente pelo sistema educacional e em certa medida pelas cobranças da própria instituição da qual estudamos ou trabalhamos.

Assim, notamos que esses espaços sociais não foram construídos pensando na presença de corpos-epistêmicos, corpos que compartilham e constroem saberes totalmente distintos da matriz ocidental. Para a universidade, o Estado e os sujeitos que compartilham a noção de corpo ocidental, o tempo consumido com os cuidados demandados pela especificidade do corpo é visto como desperdício de tempo e de produção e não como processos fundamentais para saúde e existência da pessoa. As mulheres indígenas, negras, quilombolas que compreendem o corpo a partir de suas próprias concepções, que difere sobremaneira da sociedade ocidentalizada, são duramente afetadas pela imposição moderna ocidental do corpo em oposição ao próprio sujeito como evidenciou o francês Le Breton (2003).

É certo que na universidade esses corpos não são os únicos a adoecer, pois todas as pessoas da comunidade acadêmica estão expostas a alguns dos elementos que desencadeiam o sofrimento físico, psíquico e mental. Contudo, os corpos marcados pelas diferenças são os mais vulneráveis ao sofrimento e adoecimento físico e mental na academia, pois além da imposição do ideal de produção, elementos como a individualidade, competitividade, racismo, falta de acolhimento de sensibilidade e de respeito com as diferenças que atualmente compartilham os mesmos espaços, contribuem para o sofrimento e o adoecimento dos corpos-epistêmicos que se encontram na interseccionalidade dos marcadores sociais da diferença.

O processo histórico de exclusão de indígenas, negras e quilombolas dos espaços de produção e circulação do conhecimento acadêmico contribuem para o sofrimento desses/as estudantes, pois ao chegarem à universidade a falta de referência positivas somados aos tantos outros fatores já mencionados geram o sentimento de “fora do lugar” e conseqüentemente, tornam-se vulneráveis aos sofrimentos acadêmicos. Assim, podemos conjecturar que as experiências das estudantes pertencentes a esses grupos sociais que entraram na universidade antes das ações afirmativas, têm sido ainda mais desafiadoras, pois vivenciaram um contexto universitário ainda mais engessado, hierarquizado e elitizado.

Vilma Piedade (2017), diz que o que irmana as mulheres negras não é apenas sororidade, mas sim a dororidade, porque as experiências de mulheres negras se encontram na dor. Para a autora, “a dororidade trata sobre as violências que atingem as mulheres pretas” (PIEADADE, 2017, p. 18), podendo ser estendida as mulheres quilombolas e indígenas que vivenciam a interseccionalidade de raça, classe e gênero como marcadores sociais da diferença que dificultam a mobilidade social. Assim, como ressalta Vilma Piedade nós nos imanam na dor, na dor de serem os corpos indesejados na academia, a dor de não ter escolhas, pois caladas são passivas e falando são agressivas. Deste modo, a dor e a resistência irmanam mulheres negras, indígenas e quilombolas que lutam para demarcar seus saberes epistêmicos no território acadêmico.

Durante as aulas de Epistemologias e Feminismos negros os relatos de preconceito, discriminação e racismo estiveram constantemente presentes nas falas de várias mulheres negras e indígenas em sala. Compartilhamentos de trajetórias vivenciadas pelo racismo, silenciamento, violência e estereotipização de aspectos culturais, violências epistêmicas, frustração e necessidade de buscar apoio entre iguais foram os elementos citados pelas mulheres durante os momentos em que dialogamos em sala de aula. Observamos que todos esses elementos citados se somam e contribuem de forma significativa para o sofrimento e adoecimento na universidade.

A mestra e mãe de santo Makota Kidoialê observou em sua aula no Encontro de Saberes no

Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia – INCTI na UnB, que a universidade estava adoecendo os jovens e que seus alunos pareciam todos doentes. E escreve “senhora academia, dona, dona dos saberes, mantenha nossos filhos vivos, é o mínimo que você pode fazer para nos comprovar sua importância” (KIDOIALÊ, s/d, p. 01). O seu texto apresenta uma crítica importante à universidade, esse espaço que se pretende “dona dos saberes”, mas que adocece e faz sofrer aqueles/as que se dispõem a aprender seu conhecimento. Diante disso, como justificar a importância de uma instituição que adocece?

Nós mulheres negras, indígenas, quilombolas e outras pessoas pertencentes ao grupo outrora excluídos deste território, desta instituição não queremos destituir a universidade de sua importância, de sua função de formadora do conhecimento acadêmico e científicos, ao contrário, quando buscamos a universidade é porque reconhecemos sua importância social. No entanto, reivindicamos a destituição deste espaço como o único capaz de oferecer uma explicação válida e reconhecida sobre os mundos. Assim, a nossa luta é para demarcar o nosso território epistêmico na universidade, para que o conhecimento acadêmico se construa de maneira pluriépistêmica e possamos acessar o conhecimento produzido na academia em diálogo com as nossas ontologias epistêmicas.

### **Epistemologias feministas negras, indígenas e quilombolas reconstruindo histórias e discursos a partir da universidade**

Juntamente com a necessidade de ocupar os espaços sociais antes negados pela sociedade dominante surge também o desejo de reconstruir discursos e narrativas que revelem suas histórias silenciadas ou deturpadas por aqueles que puderam escrever a história. Nesse movimento, os objetos de pesquisa se tornam sujeitos pesquisadores e com isso constroem a possibilidade de contar e escrever sua própria história a partir de referenciais próprios. Sobre as transformações que surgem quando os silenciados/as puderem falar, nos lembramos de outro francês quando diz

E quando os prisioneiros começaram a falar, viu-se que eles tinham uma teoria da prisão, da penalidade, da justiça. Esta espécie de discurso contra o poder, esse contra- discurso expresso pelos prisioneiros, ou por aqueles que são chamados de delinquentes, é que é o fundamental, e não uma teoria sobre a delinquência (FOUCAULT apud MACHADO, 1997, p. 04).

O autor evidencia as barreiras criadas pelo poder, que não permitem que os diferentes sujeitos possam falar, escrever e questionar suas próprias histórias. Importante realçar que os sujeitos silenciados, ao serem escutados podem oferecer contribuições fundamentais para a ciência. Enfatizamos as importantes contribuições que os sujeitos consideramos tradicionalmente objetos de pesquisa podem oferecer ao se tornarem eles próprios escritores de suas histórias e porta voz de seu próprio discurso, produzindo conhecimento a partir de suas epistemologias e condição social. Neste sentido, observamos nas citações a seguir, o que dizem três mulheres sobre como têm sido escritas as histórias de seus povos.

1. Sobre a história do Brasil, eu gostaria de dizer uma frase de Zelo Rodrigues que já se tornou uma afirmação geral, é que “a história do Brasil é uma história escrita por mãos brancas”. Tanto os negros quanto os índios, e os povos que viveram aqui, juntos com os brancos ainda não tem a sua história escrita e isso é um problema muito sério porque a gente frequenta a universidade e a escola e não tem uma visão correta do passado da gente, do povo negro. Então ela não foi somente omissa, ela foi muito mais terrível na parte em que ela não foi omissa. Ela negligencia parte muito importante e deforma muito a história do negro. Ela trata basicamente da escravidão, deixando de lado outras formas do negro viver no Brasil, como foi o processo de alforria que teve durante todos

os quatro séculos de escravidão e principalmente, com relação ao quilombo. (Entrevista com Beatriz Nascimento, disponível no YouTube).

2. Os antropólogos contam tudo errado! Nós somos as autoras das nossas falas, e queremos que você conte do jeito que a gente contar para você. E que você coloque isso no papel. (MARUBO, 2017, p. 19)

3. Todos os antropólogos que vão aos Krahô só pesquisam os homens. Eles não pesquisam as mulheres. A mulher fica de lado, sempre lá para os fundos da casa. Eles não chamam as mulheres para pesquisar. Fiquei observando isso desde quando meu marido era vivo e eu me perguntava: por que os antropólogos vão à aldeia e só pesquisam os homens? Só andam com os homens? Os mensageiros da aldeia são os homens, para dar notícia, para distribuir. Mas é falsidade os homens explicarem tudo porque não sabem tudo. (KRAHÔ, 2017, p. 03).

Escolhemos resgatar as palavras de Beatriz Nascimento, quilombola negra, historiadora, teórica, escritora e militante do movimento negro brasileiro; e de mulheres indígenas, professoras, acadêmicas e antropólogas porque suas palavras carregarem a força da insatisfação de muitas de nós, mulheres negras, indígenas e quilombolas, que fomos silenciadas historicamente por quem escreveu a história, instituindo-a como única. Diante disso, enquanto acadêmicas reivindicamos o direito de reescrevermos nossa própria história e de sermos donas de nossos próprios discursos.

Inspiradas na luta dessas muitas mulheres que se dedicaram por meio de suas pesquisas, a reconstituir a história dos quilombos no Brasil, a colocar no papel a história de mulheres Marubo e contar os conhecimentos de mulheres Krahô enfatizando a autonomia e a subjetividade epistêmica, procuramos evidenciar neste texto, as disputas epistêmicas travadas no território acadêmico mediante a entrada de estudantes, e mais recentemente de professoras, indígenas, quilombolas e negras nos cursos de graduação e pós-graduação nas universidades brasileiras.

Ao serem interpelados/as pelas mulheres indígenas, negras e quilombolas, a universidade, antropologia e os sujeitos que historicamente produziram conhecimento acadêmico devolvem a pergunta, nos seguintes termos: O que vocês pensam como possibilidade para transformar a realidade da universidade? Observamos que a responsabilidade de contra-argumento é depositada sobre nós, recém-chegados à universidade, como se a responsabilidade de pensar criticamente e argumentar contra o discurso hegemônico, racista, machista e colonialista não fosse também dos sujeitos que sempre produziram conhecimento sobre o “outro” na academia. Desta forma, retomamos o questionamento: O que tem aprendido ou como pode a academia/antropologia dialogar com as epistemologias negras, indígenas e quilombolas?

Observamos, por um lado que a tradição da oralidade entre os povos indígenas, quilombolas, negros, ribeirinhos, e outros povos de matriz epistêmica não ocidental tem se permitido ao diálogo com a escrita, conhecimentos obtidos nas escolas e universidades. Por outro lado, observamos pouco ou nenhum interesse da universidade em dialogar com o conhecimento oral de maneira simétrica. Isso se caracteriza como um grande desafio aos grupos e coletivos de epistemologias não ocidentais que tem insistido e acreditado na possibilidade de descolonização da academia e especificamente, da antropologia.

Dito isso, ressaltamos três grandes premissas, que são também ensinamentos, das epistemologias indígenas, quilombolas e feminista negra, com as quais as epistemologias ocidentais acadêmicas e especificamente a antropologia devem deixar-se afetar e tomar como ensinamento.

O primeiro grande ensinamento que essas epistemologias podem oferecer para academia e os sujeitos acadêmicos é a possibilidade de ser transepistêmico, ou seja, a premissa de que os saberes não são submetidos a ordem hierárquica de conhecimento. Os sonhos, a poesia, as imagens, os cantos, os sons, as histórias, as plantas, os animais etc. tem igualmente capacidade

explicativa, comunicativa e transformadora, podendo ser transmitidas, ensinadas e aprendidas através da fala, da cantoria, pintura, do desenho ou da escrita e principalmente, cada uma delas está conectada e coexiste com as outras sem negar a existência umas das outras.

O segundo grande ensinamento está no que se refere a uma característica distintiva do pensamento feminista negro, que segundo Patrícia Hill Collins (2015), refere-se ao relacionamento com outros projetos de justiça social. Haja vista que, as lutas das mulheres negras fazem parte de uma luta mais ampla pela dignidade humana, empoderamento e justiça social. Como vemos nas palavras da autora feminista negra.

Tipos muito diferentes de “pensamento” e “teoria” surgem quando junta-se teoria à ação pragmática. Ao rejeitar posições de estudiosos e escritores, que teriam permitido que os assuntos fossem enfatizados puramente teóricos, o trabalho da maioria dos intelectuais negros têm sido influenciados por uma mistura de ação e teoria. (COLLINS, 2015, p.118).

Este pensamento é compartilhado pelas pensadoras feministas negras, indígenas e quilombolas, pois a base epistêmica desses sujeitos não concebe teoria sem prática. Assim, o conhecimento só pode ser apreendido pela prática e pelas vivências, pois estão interligados em sua base. Observamos aqui as palavras de Célia Xakriabá em diálogo com o pajé Vicente Xakriabá.

[...] A única pergunta que eu fiz foi apenas essa: Porque quando eu lhe perguntei, se poderia me falar sobre a importância das pinturas corporais, me chamou para pintar o seu corpo? Ele respondeu o seguinte: Por que não há melhor jeito de falar sobre pintura corporal e espiritualidade, do que fazendo a pintura e sentindo a espiritualidade acontecer. (XAKRIABÁ, 2018, p. 38).

Observamos que nas epistemologias indígenas, quilombolas e negras o verdadeiro conhecimento está nos saberes ancestrais e coletivos, e a melhor forma de aprender e ensinar é por meio da interação prática entre os sujeitos epistêmicos.

Com isso, o terceiro grande ensinamento advém da concepção de que o conhecimento é coletivo e corporal. Como evidenciou Patrícia Hill Collins (2015); Angela Davis (2016); Célia Xakriabá (2018); Creuza Prumkwyj Krahô (2017); Lélia Gonzalez (2015); dentre outras autoras negras e indígenas, os conhecimentos vêm do campo cultural e não das escolas ocidentais especializadas. Vem da força do povo, da realidade social e da força vital dos ancestrais. Assim, a grande premissa das epistemologias não ocidentais aqui mencionadas, reside no fato de que o conhecimento não é individual, mas coletivo. De modo que, os/as acadêmicos/as indígenas, negras/os, quilombolas, ribeirinhas/os que produzem conhecimento escrito na universidade evidenciam o caráter coletivo no qual construíram seus argumentos.

Sociedades e grupos de matriz epistêmica não ocidental, em diferentes graus e dimensões têm experiências ontoepistêmicas bastante diferentes da maneira como os ocidentais pensam e reelaboram a noção de produção de conhecimentos. A separação entre natureza e cultura, corpo e mente, teoria e prática, entre outras separações realizadas no ocidente e impostas ao resto do mundo, não se efetiva integralmente, entre as populações de matriz não ocidental. No que se refere às noções de corpo e conhecimento para os povos Krahô, podemos observar que não existe uma separação entre corpo e mente, de modo que o conhecimento e o saber emanam do próprio corpo. Entendemos que

Não há escrita entre os Krahô, então, para repassar o conhecimento sobre os cuidados no resguardo, a pessoa deve se envolver em fazer ou viver o resguardo. Essa é a forma de guardar no corpo, na pessoa, a sua memória, quem você é, quem é seu povo. A pessoa tem que viver e viver entre os Krahô é compartilhar o conhecimento dos antepassados.

(KRAHÔ, 2017, p.07).

Deste modo, percebemos que o corpo é não apenas o lugar de conhecimento, mas também o meio pelo qual o conhecimento se elabora e se produz. Assim, a ontoepisteme Krahô não concebe a existência do pensamento, e dos sentimentos separados da ação e dos movimentos executados pelos corpos. Neste mesmo sentido, Célia Xakriabá analisa, em sua dissertação de mestrado, as experiências Xakriabá de educação, mostrando que a educação no território Xakriabá é territorializada, e que a escola nas aldeias tem uma interação e um compromisso social com o território. A autora traz uma noção de corpo-território, dizendo “Todos nós, indígenas, somos inequivocamente territórios corporificados, marcados por nossas ancestralidades, que vêm da força de nossa oralidade, cantos e formas que nomeamos as coisas e enxergamos o mundo” (XAKRIABÁ, 2018, p. 167). Assim, a noção de corpo-território apresentada pela a autora Xakriabá, evidencia os diferentes processos de produção dos corpos nas sociedades, ressaltando a territorialidade, as epistemologias e a ancestralidade dos corpos não ocidentais.

Depois de apresentar o que consideramos ser as três grandes premissas compartilhadas pelas epistemologias indígenas, quilombolas e feministas negras, retomamos a questão: Quais atitudes a universidade pode tomar para evitar o epistemicídio desses corpos-epistêmicos? Acreditamos que, a universidade precisa envolver-se profundamente no movimento contra-colonial, anti-machista e antirracista, e se posicionar verdadeiramente ao lado dos sujeitos que vivenciam a violência cotidiana nesse território acadêmico. Deste modo, não contamos com a parceria de um sistema institucional, ele é invisível e não tem corpo. Contamos com a parceria de profissionais que atuam nessas instituições, como professoras/es, pesquisadoras/es etc. Convidamos a todas/os que historicamente produziram conhecimentos sobre o “outro”, a encarar a presença deste “outro” na academia como alteridades e uma possibilidade de revisão crítica dos modos de produção de conhecimento, além de uma possibilidade enriquecedora de diálogo que contribui para o melhoramento da academia enquanto produtora de conhecimento.

Neste sentido, reivindicamos a compreensão de que no momento atual, não é possível que o discurso dominante continue a dizer quem somos, o que queremos e o que sentimos. Queremos o direito de reescrever a nossa história, uma história escrita por mãos negras, indígenas e quilombolas. Sobre esta reivindicação, lembramos que

As mulheres negras são mais propensas a serem membros de um grupo oprimido, têm uma compreensão mais crítica sobre a condição de nossa opressão que aqueles que vivem fora dessas estruturas. Isso não implica que outras mulheres [e homens] não possam participar. Isso significa que a principal responsabilidade pela definição de uma determinada realidade é a pessoa que vive essa realidade, que realmente têm essas experiências. (COLLINS, 2015, p.122).

Desta forma, mulheres negras, indígenas e quilombolas não reivindicam apenas a fala, mas principalmente, a escuta. A academia e seus profissionais precisam praticar o lugar de escuta, pois só assim, poderão evitar o epistemicídio dos sujeitos pertencentes aos grupos oprimidos socialmente, pois de acordo com Sueli Carneiro (2005), o epistemicídio ocorre entre outras coisas, pela negação às pessoas negras da condição de sujeitos de conhecimento, por meio da desvalorização, negação ou ocultamento das contribuições do continente africano e da diáspora africana ao patrimônio cultural da humanidade; e pela produção do fracasso e evasão escolar, elementos, estes, que são mobilizados diariamente no contexto das universidades.

Contudo, observamos que apesar das existências indígenas, negras, quilombolas, ribeirinhas e outras no território acadêmico, ainda não houve uma conquista efetiva e afetiva deste território, pois a democratização precisa ser ampla, integral e acolhedora. Ou seja, precisamos democratizar não apenas a universidade mas, sobretudo os conhecimentos e os sujeitos conhecedores. A academia ainda permanece centrada na mono-epistemologia ocidental e hegemônica; os modos de produção de conhecimento ainda seguem orientados pela metodologia ocidental de fazer ciência, os conhecedores continuam majoritariamente brancos e o conhecimento escrito ainda permanece sendo a forma legítima e quase que exclusiva, de se fazer conhecimento no território acadêmico.

## Considerações finais

A antropologia configura-se como um território em disputa pelos grupos historicamente localizados como “objeto de pesquisa” e a interpelamos por entendermos que a antropologia tem um papel relevante no contexto sociopolítico como campo possível de formação de pensamentos críticos. Atualmente existem debates urgentes que se colocam e precisam de um olhar atencioso e de uma releitura crítica a partir de uma perspectiva contra-colonial. Desse modo, a apropriação da antropologia pelos grupos sociais até então excluídos, a exemplo da população negra, indígena e quilombola, dar-se-á pela necessidade de atuar contra a colonização dos nossos corpos e conhecimentos, a partir dos discursos hegemônicos reproduzidos nas escolas, universidades, na política etc.

Percebemos que a academia é monoepistêmica e se fundamenta nas epistemologias vindas do hemisfério norte e impostas ao mundo todo. Além disso, se movimenta em via de mão única, pois a sua condição de detentora do conhecimento válido não lhe permite dialogar verdadeiramente com outros conhecimentos e outros sujeitos conhecedores. Diante desse quadro, reivindicamos que a universidade se deixe afetar pelas epistemologias negras, indígenas e quilombolas entre outras, que compõem este território chamado academia. O que temos presenciado até o momento, são estudantes indígenas, negras e quilombolas aprendendo e dialogando com o conhecimento acadêmico. Agora, queremos saber: O que tem aprendido ou como pode a academia/antropologia dialogar com as epistemologias negras, indígenas e quilombolas?

Neste sentido, o atual contexto exige mudanças, não apenas na instituição acadêmica ou na antropologia enquanto área produtora de conhecimento, mas mudança dos próprios profissionais, entendidos como sujeitos capazes de realizar mudanças no interior das instituições. Tendo em vista que o deslocamento de sujeitos de pesquisa a pesquisadores/as, indígenas, negras e quilombolas vêm tencionando muitos/as antropólogos/as a refletirem sobre a ética e a política da produção e da pesquisa antropológica. Para tanto, a antropologia e os/as profissionais da área devem praticar o desprendimento com relação tanto às tendências teóricas quanto aos compromissos políticos. Pois no atual contexto, em que os sujeitos pesquisados tornam-se pesquisadores, a antropologia deve reorientar-se em direção as reivindicações dos grupos sociais e assumir uma postura crítica, contra colonialista, antimachista e antirracista.

Finalmente, ressaltamos que a universidade precisa olhar para fora de seus “muros” e que o racismo, o machismo e a colonialidade precisam ser encarados como uma realidade operante no mundo e no meio acadêmico para que consigamos agir contra. Romper com o academicismo e com a cientificidade que estruturam as relações e a produção antropológica acadêmica é uma das principais pautas de reivindicação das acadêmicas pesquisadoras negras, indígenas e quilombolas que atualmente estão na universidade. Acreditamos que é o som do tambor e do maracá que vai guiar a epistemologias ocidentais e acadêmicas no labirinto que elas próprias entraram. Para tanto, é preciso escutar o som.

## Referências

BENITES, Sandra. **Viver na língua Guarani Nhandewa (mulher falando)**. Dissertação de mestrado. Programa de Pós-graduação em Antropologia Social – Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2018.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP, **Censo Demográfico 2012**. INEP, 2012.

CARNEIRO, Aparecida Sueli. **A construção do outro como não-ser como fundamento do ser**. Tese de doutorado. Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade de São Paulo - USP. 2005.

COLLINS, Patrícia Hill. Raça, Classe e gênero como categoria de análise e reflexão. In: MORENO, Renata (org). **Reflexões e práticas de transformações feministas**. São Paulo: sempre viva organização feminista, 2015, pp. 13-42.

DAVIS, Angela. **Mulheres, Raça e Classe**. São Paulo: Boitempo, 2016.

GONZALEZ, Lélia. **Primavera para as rosas negras**. UCPA, União dos Coletivos Pan-Africanistas. Rio de Janeiro: Diáspora Africana, 2018.

HOOKS, Bell. **Mulheres Negras: moldando a teoria feminista**. Revista Brasileira de Ciência Política, Brasília, n.16, pp.193-210, jan/abr 2015.

KIDOIALÊ. Makota. **Adoecimento Mental na Universidade**. S/D. Disponível no Instituto de Inclusão no Ensino Superior e na Pesquisa-INCTI.

KRAHÔ, Creuza Prumkwyj. **Wato ne hômpu ne kâmpa Convivo, vejo e ouço a vida Mehi (Măkrarè)**. Dissertação do Mestrado Profissional em Sustentabilidade junto a Povos e Terras Tradicionais. Brasília – DF, 2017.

KRAHÔ, Creuza Prumkwyj. **Mulheres-cabaças**. PISEAGRAMA, Belo Horizonte, número 11, página 110 - 117, 2017.

LE BRETON, David. **Adeus ao corpo: antropologia e sociedade**. Campinas/SP: Papius, 2003.

MACHADO, R. **Os Intelectuais e o Poder: Conversa entre Michel Foucault e Gilles Deleuze**. Organização, introdução e revisão técnica de R. Machado. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

MARUBO, Nely Dollis. **Nokë Mevi Revõsho sho Vima Awe 'O que é transformado pelas pontas das nossas mãos' - O Trabalho Manual dos Marubo do Rio Cruruçá**. Dissertação de mestrado. Programa de Pós-graduação em Antropologia Social – Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2017.

NASCIMENTO, Beatriz. **Entrevista - A história do Brasil é uma história escrita por mãos brancas**. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=-LhM1MaPE9c> Acesso em: 11/07/2019.

PIEPADE, Vilma. **Dororidade**. São Paulo: Editora Nós, 2017.

SEGATO, Rita Laura. **Os Percursos Do Gênero. Na Antropologia e Para Além Dela**. Brasília. Série Antropologia 236. 1998.

SILVA, Mirna. P. **Que Memórias Me Atravessam? Meu Percorso De Estudante Indígena**. Dissertação de mestrado. Programa de Pós-Graduação em Artes Visuais. Universidade Federal de Goiás - UFG. Goiânia/GO. 2017.

XAKRIABÁ, N. Célia. **O Barro, o Jenipapo e o Giz no fazer epistemológico de autoria Xakriabá: reativação da memória por uma educação territorializada**. Dissertação do Mestrado Profissional em Sustentabilidade junto a Povos e Terras Tradicionais. Universidade de Brasília - UnB. Brasília/DF, 2018.

Recebido em 15 de outubro de 2019.

Aceito em 1º de novembro de 2019.